

**FLEXIBILIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO:  
O BRASIL JÁ FEZ**

*José Sérgio Gabrielli de Azevedo*  
*Professor do Curso de Mestrado em Economia da Universidade*  
*Federal da Bahia (UFBA)*

**Resumo:** *Este trabalho apresenta algumas idéias sobre os efeitos da flexibilização das relações de trabalho sobre a geração de emprego, a qualidade dos postos de trabalho e a distribuição de renda. Expõe-se uma tipologia de políticas de flexibilização e verificam-se as mudanças efetivamente ocorridas nos mercados de trabalho brasileiros nas últimas três décadas. Nos anos 60 e 70 destacam-se os efeitos sobre o crescimento do emprego, a ampliação do leque salarial e o caráter autoritário das negociações capital/trabalho. Nos anos 80, a crise macroeconômica impacta sobre o mercado de trabalho, aumentando o desemprego, intensificando a mudança da composição setorial do mercado, com redução do emprego agrícola, aprofundamento da desigualdade salarial, ao mesmo tempo em que o movimento sindical se consolida e se estrutura organicamente. Nos anos 90, as transformações tecnológicas se intensificam, aumenta a precarização das relações de trabalho e o emprego não cresce. Conclui-se com a dúvida sobre se a pequena eficácia das políticas de flexibilização sobre a geração de emprego para os segmentos de mercado mais necessitados compensa os seus efeitos negativos sobre a distribuição de renda.*

**Palavras-chave:** Flexibilização do Mercado de Trabalho; Geração de Emprego; Distribuição de Renda; Brasil.

## 1 INTRODUÇÃO

Recentemente, o Prêmio Nobel em Economia Gary Becker \*, analisando o desemprego na Europa, afirmava que o problema seria solucionado com a desregulamentação do mercado de trabalho, pois assim haveria mais empregos, ainda que às custas de deterioração das condições de vida, devido à redução dos ganhos individuais provenientes do trabalho. Esse ensinamento, da teoria econômica tradicional, pressupõe um tipo de comportamento que reflete o custo do trabalho como elemento fundamental na definição do nível de emprego, independentemente da situação da demanda agregada e da tecnologia.

A fundamentação básica, para justificar as relações entre a flexibilização das relações de trabalho com a expansão do emprego, pode ser encontrada no clássico debate entre Keynes e Pigou, que marcou o início da Macroeconomia moderna nos anos 30 e 40. Devido ao recorrente problema de desemprego flutuante do período 1920-1938, os economistas se dividiram entre aqueles que acreditavam que o livre mercado, com a flutuação dos preços e salários, poderia ajustar o mercado de produtos aos níveis de pleno emprego, onde só estariam desempregados aqueles que não desejassem trabalhar pelos salários dados - ou que estivessem em estágio de transição entre empregos - e aqueles que davam mais importância às relações entre o emprego e os ciclos de produção, influenciados pelo comportamento da demanda efetiva.

Keynes contra-argumentava, ainda no contexto teórico da economia neoclássica, que o equilíbrio não se formava no mercado de trabalho, mas era determinado pelo mercado de produtos, resultando dos movimentos da demanda efetiva, fortemente influenciados pelas decisões de investimentos, com pouca relação com a renda corrente. Essa demanda efetiva determinava o nível de produto, que por seu turno tinha relações tecnológicas com o nível de emprego, não necessariamente chegando a pleno emprego. O desemprego involuntário era possível e deveria ser combatido através de políticas fiscais e monetárias ativas, que estimulassem a demanda agregada, levando-a a atingir níveis socialmente desejados.

Os neoclássicos, no entanto, consideravam que qualquer limitação ao livre funcionamento do mercado, na busca de atender aos requisitos de maximização dos interesses de cada agente, introduz ineficiências no sistema e, portanto, apresenta um custo social maior do que o equilíbrio pleno, com salários, preços e emprego compatíveis com as dotações iniciais dadas e distri-

---

\* BUSINESS Week<sup>(6)</sup>.

buídas de capital e trabalho . As políticas de inspiração keynesiana, para estimular a demanda agregada, enquadram-se nessa tipologia e, portanto, precisam, de acordo com essa tradição, ser combatidas para viabilizar o funcionamento do livre mercado.

Esse tem sido um debate fundamental na Macroeconomia: salários flexíveis garantem pleno emprego ou o nível de emprego depende das condições do mercado de produtos? Se a resposta keynesiana for verdadeira, com a redução dos níveis dos salários, não necessariamente serão gerados novos postos de trabalho, que só serão criados na medida em que o mercado de produtos possa absorver a produção excedente, resultante dos novos empregos. Os neoclássicos argumentam que, numa situação de economia aberta, existe sempre a possibilidade de colocação dos produtos adicionais no mercado externo.

Quando se levam em conta as mudanças da tecnologia, tema ausente da maioria dos trabalhos macroeconômicos, as características do mercado de trabalho contemporâneo tornam ainda mais tênues as relações entre o custo do trabalho e o nível de emprego, assim como problematizam as relações keynesianas entre demanda efetiva e mercado de trabalho, uma vez que o conceito de produtividade marginal do trabalho, ainda presente no modelo de Keynes, perde importância.

As últimas décadas trazem modificações profundas, na forma de produzir e de gerir o processo de trabalho, com o desaparecimento progressivo de postos de trabalho, a diminuição de níveis hierárquicos, a substituição de trabalho diretamente produtivo por trabalho indireto e a redução do trabalho industrial em relação aos postos de trabalho nos serviços. Nessas circunstâncias, o crescimento sem emprego tem sido cada vez mais freqüente, deslocando, efetivamente, as motivações para criação de emprego da esfera dos custos individuais para as estratégias de consolidação de posições no mercado e intensa competitividade.

Com o crescimento das taxas de desemprego, acirram-se os debates sobre as alternativas de políticas para a criação de novos postos de trabalho. Duas grandes vertentes podem ser identificadas nesta discussão: aqueles que consideram o desemprego como um fenômeno de ajuste conjuntural das economias - que respondem a variações de preços ou de demanda agregada - e aqueles que atribuem seu crescimento recente a mudanças estruturais da for-

ma de produzir, que estariam eliminando os postos de trabalho e criando uma sociedade com trabalho\*, porém sem empregos.

O enfoque relacionado com as mudanças estruturais não é tão novo como parece na literatura brasileira. A discussão sobre os impactos das novas tecnologias no mercado de trabalho vem-se intensificando na Europa e nos EUA há mais de 25 anos. Desde o final da década de 70 e começo da de 80, algumas das questões centrais do chamado desemprego estrutural já vêm sendo estudadas\*\*, destacando-se as dificuldades de continuidade do crescimento do emprego em tempo integral, a redução da posição relativa dos postos de trabalho no setor industrial, a crescente demanda por mão-de-obra mais qualificada (exigindo uma mais extensiva educação continuada), a diminuição do tempo de trabalho ao longo da vida dos trabalhadores (entrada mais tardia e aposentados mais jovens), o encolhimento do tamanho da força de trabalho em cada estabelecimento, a ampliação do setor informal, o aumento da população dependente (inativos e desempregados), uma redução absoluta dos empregos manuais, e o enfraquecimento dos sindicatos\*\*\*. A temática, portanto, não é nova.

Se não é tão nova a discussão sobre o chamado desemprego tecnológico de raiz estrutural, ainda mais antiga é a discussão geral sobre desemprego, em seus aspectos conjunturais. A mais longa série de dados sobre essa taxa refere-se à Grã-Bretanha e ilustra a sua evolução na maior parte dos países industrializados.

Podem ser identificados cinco comportamentos diferenciados ORMEROD 1995<sup>(27)</sup>. De 1855 até 1913, a taxa de desemprego flutua bastante, acompanhando os ciclos econômicos, com enorme amplitude, em torno de 5% da População Economicamente Ativa (PEA). Foi um período que poderia ser caracterizado como o mais próximo que se vivenciou do chamado livre mercado: a legislação trabalhista engatinhava, os sindicatos se formavam, o estado de bem-estar social inexistia e, apesar da formação dos grandes monopólios, havia uma grande flutuação de preços, refletindo movimentos de

---

\* Existem, ainda, aqueles que destacam o enorme aumento da produtividade do trabalho, o que poderia levar até a sua própria eliminação no futuro.

\*\* BLUESTONE, HARRISON, 1982<sup>(3)</sup>, GILL, 1985<sup>(13)</sup> e HARMAN, 1975<sup>(14)</sup>, são alguns trabalhos sobre o tema nesta época. Já em 1977, a OECD, através de MCCRACKEN, 1977<sup>(19)</sup>, recomendava a flexibilização dos mercados de trabalho contra o desemprego.

\*\*\* Estas são algumas das conclusões do relatório da Comissão Brundtland, 1987<sup>(5)</sup>.

oferta e demanda, particularmente em bens de consumo. Apesar disso, o desemprego era alto e mudava intensamente, refletindo os ciclos econômicos.

As duas grandes guerras são períodos de baixos níveis de desemprego, de grande intervenção do estado e de condições excepcionais de funcionamento do mercado de trabalho. O pós-Segunda Guerra conviveu com baixos níveis de desemprego, altos níveis de crescimento econômico e baixa taxa de inflação. Nesse período, pode-se identificar o predomínio das políticas keynesianas, expansão do estado de bem-estar social, proteção ao trabalho e redistribuição de renda e riqueza, via mecanismos fiscais. O desemprego e a inflação se mantêm baixos.

Os anos entre as guerras, especialmente 1920-1938, e o final deste século XX, depois dos meados da década de 70, são períodos semelhantes, em termos de nível médio de desemprego. Nesses dois períodos, as taxas de desemprego são muito altas; porém, suas flutuações são irregulares, não se podendo identificar nenhum padrão dominante relativamente às taxas de inflação e de crescimento econômico.

Nas duas últimas décadas do século, assiste-se à intensificação da desregulamentação dos mercados de trabalho, à falência fiscal dos sistemas de bem-estar, à generalização de elementos ideológicos vinculados ao consumismo e individualismo. As taxas de inflação parecem ser controladas, mas a exclusão social, o desemprego e as condições de vida pioram, retornando a níveis comparáveis com os do início do século.

A análise dessa série longa não parece levar à conclusão de que a chamada flexibilização das relações de trabalho possa assegurar, por si só, um maior nível de emprego. Além dos fenômenos econômicos, o mercado de trabalho também retrata alterações demográficas e reflete distintas configurações político-sociais, que modificam os seus componentes estruturantes. O próprio conceito de População em Idade Ativa (PIA) muda, com a redução do trabalho infantil e aposentadorias mais precoces. O conceito de inatividade se altera, com o aumento da participação das mulheres nos mercados de trabalho, e a própria conceituação de ocupação sofre efeitos dos novos processos produtivos e novas relações de trabalho.

Assinale-se a mudança ocorrida no último período, com a inversão da tendência intervencionista e a maior complexidade da ação sobre o mercado de trabalho. Cresce a importância das políticas de flexibilização, simultaneamente à perda de importância das políticas keynesianas, ao enfraqueci-

mento do movimento sindical e ao avanço da agenda neoliberal no mundo, com as conseqüências de aprofundamento da diferenciação social, aumento geral da taxa de desemprego, exclusão social dentro dos países avançados e uma divisão internacional do trabalho que condena à marginalidade a maioria dos países do mundo\*.

Ainda que preponderantes, as políticas de flexibilização não são universalmente aceitas. Algumas das principais iniciativas na flexibilização poderiam ser resumidas na TABELA 1 a seguir, onde se descrevem áreas distintas de iniciativas das políticas de flexibilização e apresentam-se algumas justificativas, ao mesmo tempo em que se discutem alguns de seus efeitos. A tabela mostra que os efetivos impactos das medidas são duvidosos e que seu custo social é extremamente elevado.

Se, no plano teórico, as relações entre preços, demanda efetiva e emprego se modificam, as expectativas de resultados das formulações de política econômica tornam-se ainda mais frágeis.

No contexto europeu, a discussão da flexibilização das relações de trabalho significa adotar uma política de redução efetiva dos níveis de vida das populações trabalhadoras, diminuindo o papel do estado de bem-estar social, elemento fundamental da estabilização européia e base do pacto social que hegemonizou a maioria desses países, no enfrentamento com os países do antigo Leste Europeu.

No contexto social brasileiro, sem as precondições históricas da Europa e com um dos mais baixos níveis individuais de salários do mundo, acelerar o processo (que já vem ocorrendo) de flexibilização das relações de trabalho será um verdadeiro "genocídio" econômico, amplificando os efeitos negativos de redução de níveis de renda dos trabalhadores, sem gerar, em conseqüência, os novos postos de trabalho que, cada vez mais, dependem das estratégias tecnológicas, das estruturas de mercado e do comportamento da demanda, diminuindo a significância do elemento custo da mão-de-obra como explicação para a sua geração.

---

\* Os EUA, onde a flexibilidade avançou bastante, chegam aos anos 90 com a maior desigualdade de renda dos últimos quarenta anos, e com poucos impactos positivos sobre os vinte milhões de pobres do país. KREISKY, 1989<sup>(15)</sup>.

TABELA 1  
Políticas de flexibilização do mercado de trabalho

(continua)

Objetivos	Justificativas	Efeitos
Redução dos encargos sociais	Mudar a base de financiamento da seguridade social reduz os custos do trabalho	Não existem evidências conclusivas dos efeitos positivos da mudança da base tributária para a previdência e a seguridade sobre a criação do emprego*
Mudança da legislação de proteção ao emprego	Diminuir o custo de demissão para viabilizar maior criação de emprego de curto prazo	Custos para a demissão são, em geral, pequenos, e os ganhos com a flexibilidade não alteram substancialmente o comportamento da rotatividade, que se deve mais a elementos da demanda efetiva
Diminuição da cobertura do seguro desemprego	Seguro desemprego alto e elevado reduz a oferta de trabalho	Suposto de que o seguro desemprego elevado e de longa duração reduz a oferta de trabalho não tem aceitação plena. Não existem evidências de que a elasticidade do desemprego seja alta e negativa, em relação à duração do desemprego
Estímulo a novas relações de trabalho	Redução do assalariamento viabiliza criação de novos postos de trabalho	Terceirização e sistemas de <i>putting-out</i> precarizam as relações de trabalho, sem efetiva criação de emprego absorvedor dos segmentos da oferta de trabalho mais abundante. Piora a relação dos melhores empregos.
Redução da abrangência do salário mínimo	Baixando a cobertura do salário mínimo, criam-se mais empregos especialmente para jovens e segmentos inferiores do mercado	A criação do emprego decorrente da redução do salário mínimo depende da estrutura do mercado de trabalho. Qualquer grau de monopsonio pode, no entanto, fazer com que o salário mínimo aumente o emprego.  Trabalhos, como o de Anne Krueger, sobre uma cadeia de <i>fast food</i> de Nova Jérsei - E.U.A. (1992), mostram o contrário: o aumento do salário mínimo aumentou o emprego.

\* Com exceção da Inglaterra, muitos países aumentaram os custos não salariais do trabalho de 1980 para 1992. De 19,1% para 22,6% nos EUA, de 11,4% para 13,1% no Japão, de 27,3% para 28,5% na França, de 10,6% para 15% no Canadá. Ver BRODSKY, 1994, p. 56<sup>(4)</sup>.

**TABELA 1**  
Políticas de flexibilização do mercado de trabalho

(conclusão)

Tolerar o informal	Muitas pequenas e médias empresas geram a principal parcela dos postos de trabalho. Remuneração do Informal não é necessariamente menor que o formal. Terceirização aprofunda laços entre SI e formal	Razão informal/PEA não muda ao longo do ciclo} Existem grandes barreiras à entrada ao informal Não existem evidências da mobilidade entre os dois setores.
--------------------	---	--

FONTE: Baseado em BRODSKY<sup>(4)</sup> e KREISKY COMMISSION<sup>(15)</sup>.

Este trabalho aborda a evolução do mercado de trabalho nas últimas décadas, com ênfase para a mudança de comportamento da taxa de desemprego nos anos 90, e a intensificação da precarização das relações de trabalho, associada à redução dos níveis salariais. A próxima seção trata das décadas de 60 e 70, a seguinte destaca a estabilização dos níveis de emprego e intensificação da precarização dos anos oitenta e a última seção investiga as modificações que ocorreram no mercado de trabalho, nesta primeira metade da década de noventa.

## 2 NOS ANOS 60 E 70, AS TRANSFORMAÇÕES OCORRERAM COM ALTA FLEXIBILIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Tanto durante o chamado milagre econômico como durante o II. PND, os principais investimentos, no Brasil, consolidaram uma matriz tecnológica adaptada aos padrões dominantes na década de 50, com forte ênfase nos setores metal-mecânico, de consumo durável e intensivos em petróleo, utilizando mão-de-obra barata. A intensidade dos investimentos foi financiada com a utilização de poupanças externas, em uma estratégia de *growth cum debt*, que levou ao crescente desequilíbrio das contas externas e à aceleração dos níveis internos de inflação.

Do ponto de vista do trabalho, as duas décadas caracterizaram-se por um crescimento acelerado do emprego nos setores mais intensivos em capital, com as grandes empresas, como centros de dinamismo na criação de postos de trabalho, ainda que nas pequenas e médias empresas tenha-se concentrado o maior volume total de emprego. O Brasil enfrentou um processo rápido de intensa urbanização, com crescimento do emprego no setor industrial e ma-



nutenção dos níveis de emprego no setor serviços, particularmente no setor público. A construção civil habitacional e de obras públicas foi um importante segmento empregador de mão-de-obra.

Mudanças importantes nas relações de trabalho ocorreram nesses vinte anos, com baixo desemprego e alta rotatividade, devido ao baixo custo de desligamento da mão-de-obra. A segmentação do mercado de trabalho aprofundou-se com diferenciações salariais gigantescas entre os salários de base e de topo da pirâmide da remuneração do trabalho. Em termos gerais, no entanto, as duas décadas presenciaram uma queda dos salários médios e uma perda de importância da massa salarial na composição da renda nacional. Os salários reais acompanharam os principais movimentos cíclicos da economia e houve uma rápida adaptação das horas trabalhadas às condições da demanda, além de uma ampla tolerância de formas precárias de contrato de trabalho.

Nesse contexto, as necessidades de negociação entre capital e trabalho, para a adoção de novas tecnologias, foi dispensável, uma vez que o elemento contraditório dos trabalhadores foi mantido sob controle pela ação do Estado e pela própria fraqueza do movimento sindical. O caráter autoritário das relações capital/trabalho, no Brasil, consolidou-se sob um processo de legitimação forçada e contestação crescente durante o governo militar, dando margem ao nascimento de um forte movimento sindical, caracterizando a nova conjuntura “quando novos personagens entraram em cena”.

### **3 NOS ANOS 80, A CRISE INTERNACIONAL COMBINA A NECESSIDADE DE REESTRUTURAÇÃO COM O CRESCIMENTO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO BRASIL**

#### **3.1 AUMENTA A TAXA DE ATIVIDADE, A INFORMALIDADE E A FLEXIBILIDADE**

Os anos 80 são anos de crise. A economia vive a sangria da dívida externa, dos momentos recorrentes de recessão e de intensa aceleração do processo inflacionário. O PIB *per capita* cai 7%\*, de 1981 a 1992, como resultado dos ajustes de demanda agregada adotados para enfrentar os choques externos. Apesar da continuidade e até aceleração do processo inflacionário, o balanço comercial se torna positivo e as transações correntes se equilibram, mesmo com a gigantesca transferência de poupança nacional para o

---

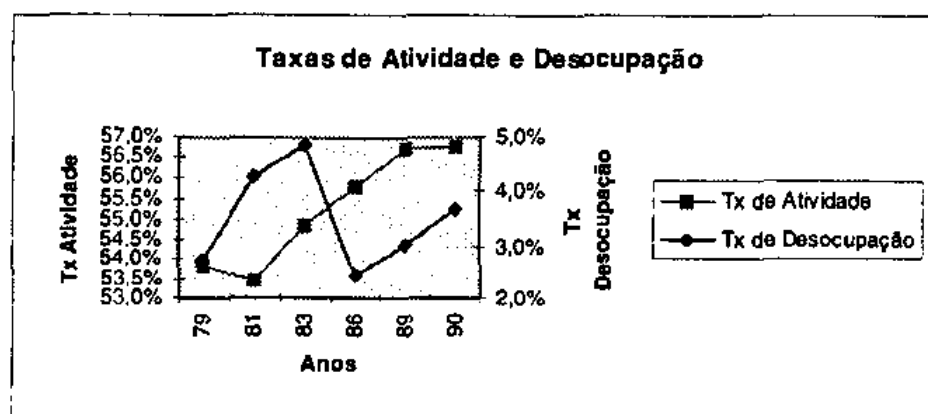
\* URANI, 1995, p. 7<sup>(36)</sup>.

exterior. O movimento sindical, no entanto, cresce. Formam-se as centrais sindicais, aumentam as organizações por local de trabalho e o quadro político nacional torna-se mais aberto às negociações e reivindicações dos trabalhadores.

Uma das características da década de 80 é o fato de que a redução do ritmo de crescimento da produção não elevou a taxa de desocupação aos níveis correspondentes. Durante a década, cresceram o emprego sem carteira e os trabalhadores por conta própria e sem remuneração, além do número de microempresários, indicando a precarização das relações de trabalho, associada a uma crescente flexibilização de sua contabilidade. Um dos elementos explicadores do crescimento da informalidade, contendo a evolução das taxas de desemprego aberto, é a pouca abrangência dos sistemas de seguro-desemprego existentes no País.

Destaque-se o comportamento diferenciado dos segmentos formais e informais do mercado de trabalho\*. Enquanto, no setor formal, os salários nominais são fortemente influenciados pela política salarial do Governo, seja a de salário mínimo, seja a de reajustes indexados, o setor informal, por sua maior flexibilidade de contratação, faz com que os salários nominais acompanhem mais diretamente os movimentos cíclicos da economia, tornando-se menos vulneráveis à inflação.

A taxa de desocupação\*\* oscila em torno dos 4%, durante toda a década, e a taxa de atividade chegou a crescer (GRÁFICO 1).



FONTE: PNAD, *apud* SABOIA, 1995<sup>(32)</sup>.

GRÁFICO 1

\* URANI, 1995<sup>(36)</sup>.

\*\* Essas taxas foram calculadas por SABOIA, 1995<sup>(32)</sup>, com base nos dados das PNAD/FIBGE. A taxa de desocupação refere-se ao desemprego aberto na semana de referência e a taxa de atividade mede a razão entre a PEA e a PIA.

Podemos distinguir o comportamento do mercado de trabalho em três subperíodos\*:

1. Recessão 1981-1983
2. Recuperação 1984-1986
3. Transição 1987-1989

Na Recessão, o PIB reduziu-se 2,5% ao ano e a taxa de desocupação apresentou uma elevação de 2,7% para 4,9%, simultânea a um pequeno crescimento da taxa de atividade. Nesse período, com a redução dos níveis de renda familiar, há a entrada de novos membros da família no mercado de trabalho, refletido no ingresso das mulheres e dos mais jovens.

O tendente crescimento da taxa de atividade se acentua no período de Recuperação, auxiliado agora por um crescimento do PIB de 6,9% ao ano, porém desta vez acompanhado de uma queda da taxa de desocupação, indicando que não somente aumenta a oferta de trabalho com movimentações da inatividade para a PEA, como a demanda de trabalho também se aquece, reduzindo a desocupação, com a criação de quase sete milhões de postos de trabalho de 1983 a 1986.

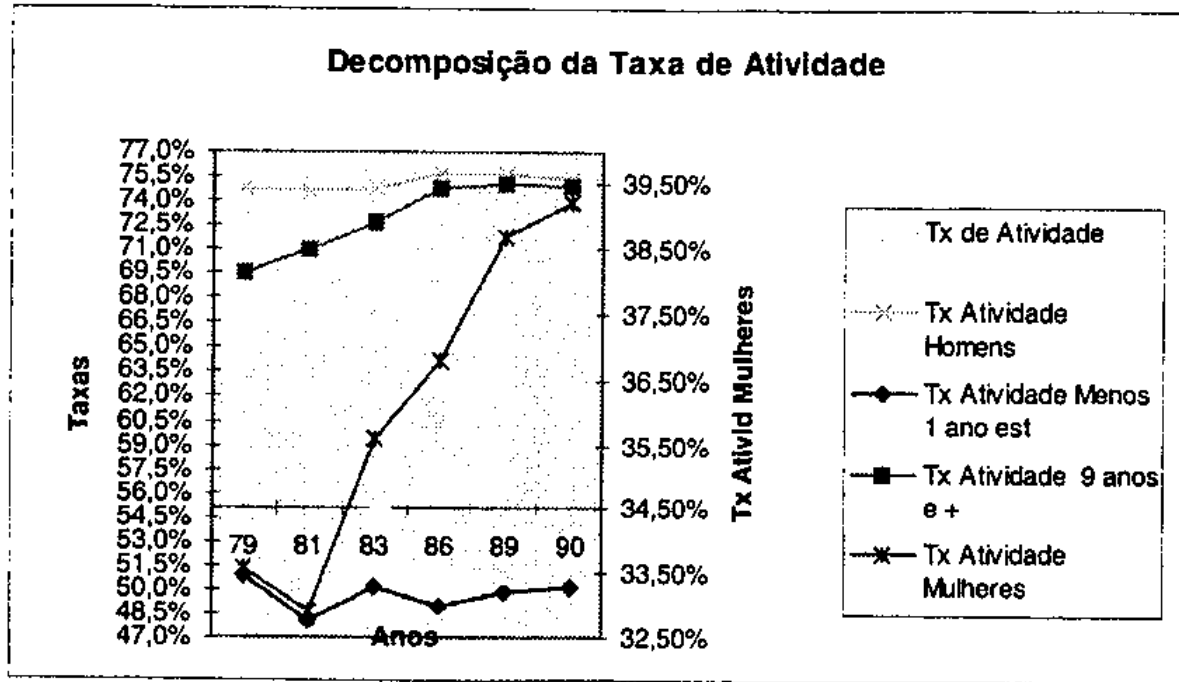
A fase de Transição, com um crescimento do PIB da ordem de 2,3% ao ano, caracteriza-se pela estabilização da taxa de atividade e elevação das taxas de desemprego, tendência que se confirma no ano de 1990, já com o Governo Collor e aprofundamento do ajuste recessivo da economia.

Decompondo-se o comportamento da taxa de atividade, verifica-se que a redução relativa da inatividade deve-se, principalmente, à entrada mais intensa das mulheres, especialmente as de maior grau de escolaridade, no mercado de trabalho, como se vê no GRÁFICO 2. Apesar de ainda menor do que a taxa dos homens, a taxa de atividade das mulheres passa de 32,9% em 1981, para 35,6% em 1983, 36,8% em 1986, alcançando 39,2% em 1990, depois de passar por 38,7% em 1989. Os componentes que apresentam maior estabilidade no período são a taxa de atividade dos homens e das pessoas com menos de um ano de estudo. A primeira metade da década assistiu a um crescimento da taxa de atividades de pessoas com mais escolaridade (mais de nove anos de estudo), indicando algumas das tendências que se acentuariam

---

\* Acompanhando SABOIA, 1995<sup>(21)</sup>.

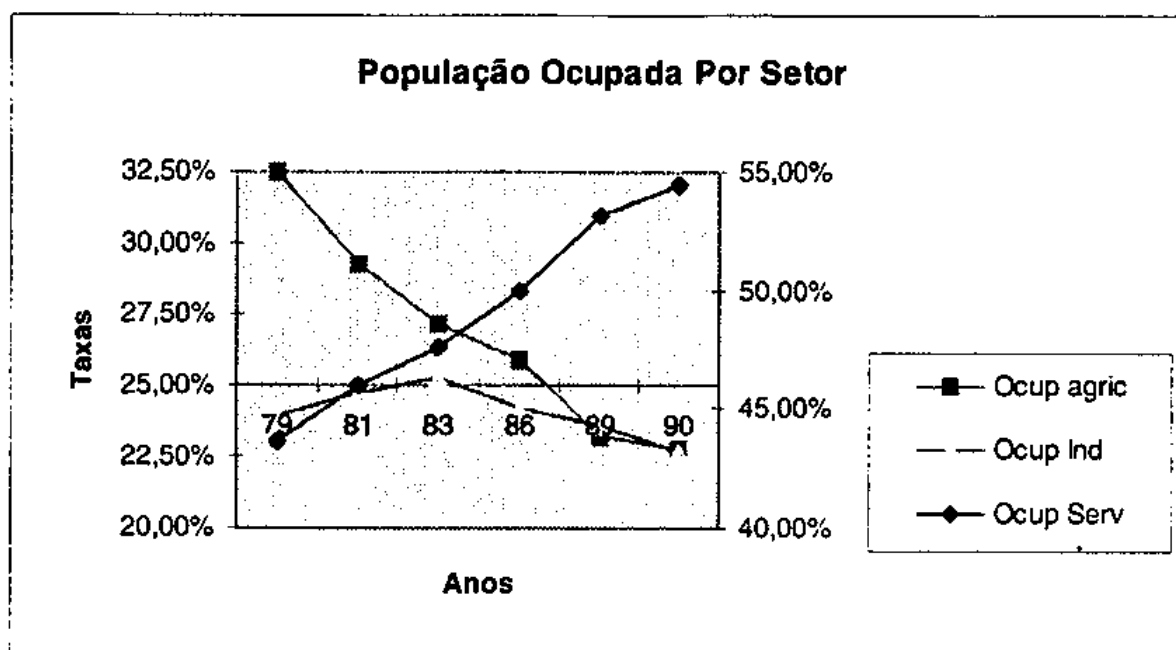
na década de 90, em termos de mudança na demanda de qualificação dos trabalhadores.



FONTE: PNAD, *apud* SABOIA, 1995<sup>(32)</sup>.

GRÁFICO 2

Outra característica importante do mercado de trabalho na década de 80 foi a transformação da distribuição setorial da ocupação. A ocupação em atividades agrícolas reduz-se de 32,5% em 1979, para 22,8% em 1990, com uma ligeira estabilização, na queda, de 1989 para 1990. Os dados parecem sugerir que os postos de trabalho que desapareceram na agricultura foram compensados pelo setor de serviços, que no período passa de uma absorção de 43,6% dos ocupados em 1979, para 54,5% em 1990, como se vê no GRÁFICO 3.



FONTE: PNAD, *apud* SABOIA, 1995<sup>(32)</sup>.

### GRÁFICO 3

O comportamento das ocupações no setor industrial flutua em torno dos 23%, com exceção de 1983, quando, apesar da recessão, o programa de frentes de trabalho contra as secas no Nordeste elevou bastante o nível de ocupações, particularmente na indústria de construção civil. De 1983 em diante, a participação da construção civil no emprego total cai de 11,4% para 7,2%, em 1990 (URANI, 1975)<sup>(36)</sup>.

O processo de desindustrialização no mercado de trabalho (PIRES, 1995)<sup>(28)</sup> se intensifica no final da década, aumentando a oferta de trabalhadores urbanos para o setor de serviços. Isso se reflete no aumento da precarização das relações de trabalho no setor mais organizado do mercado de trabalho brasileiro. A estrutura setorial interna das ocupações no setor industrial mostra que perde importância o emprego no setor metal-mecânico, aumentando o emprego nas chamadas indústrias de consumo não-duráveis (BALTAR, HENRIQUE, 1994, p. 614)<sup>(2)</sup>, além do crescimento do emprego sem carteira.

O processo de desindustrialização acontece também com uma intensificação da terceirização, que aumenta os postos de trabalho em setores de serviços auxiliares da produção industrial, reproduzindo, aqui, fenômenos internacionais que indicam as dificuldades crescentes da manutenção da tradicional distinção entre os setores industrial e de serviços (SALM, 1995, seção 2)<sup>(33)</sup>. As novas tecnologias que se implantam nas grandes empresas implicam uma reestruturação das atividades industriais, um processo de des-

verticalização que combina a terceirização de atividades internas com a terciarização da produção, substituindo a produção de produtos industriais pela produção de serviços industriais. No plano internacional, alguns estudos (CASTELS, AYOMA, apud SALM, 1995)<sup>(33)</sup> destacam a relação entre as atividades industriais e os serviços, particularmente os serviços de produção, descaracterizando a idéia de uma desindustrialização como típica deste final de século. Verifica-se que a soma do emprego destes dois setores não se alterou tão significativamente de 1970 para 1990, como se vê na TABELA 2, com exceção da Itália e Reino Unido; no Japão, houve, inclusive, o aumento deste tipo de emprego.

**TABELA 2**  
Emprego na indústria e nos serviços da produção como porcentagem do total do emprego não-agrícola

Países	1970	1990
Alemanha	51,6	47,6
EUA	41,2	38,7
França	42,4	39,5
Japão	38,9	43,3
Itália	45,8	31,5
Reino Unido	51,7	39,3

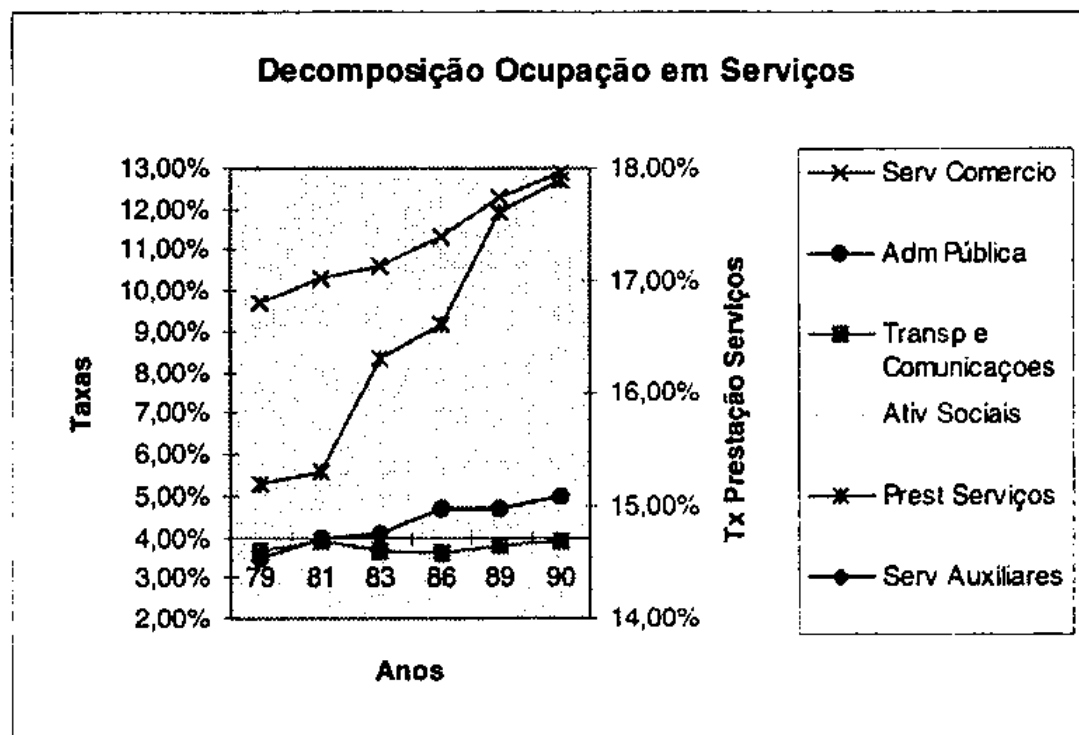
FONTE: CASTELS, AYOMA, apud SALM, 1995<sup>(33)</sup>.

No setor de serviços (GRÁFICO 4), destaca-se particularmente o crescimento da prestação de serviços e comércio de mercadorias e a relativa estabilidade da participação da ocupação em transportes e comunicações. A administração pública apresenta um maior crescimento no período da Recuperação, assim como as atividades sociais (que incluem as áreas médicas, de odontologia, de ensino e atividades comunitárias) se estabilizam no período de Transição.

O crescimento dos subsetores de serviços parece indicar a intensificação das relações precárias, associada à criação de microempresas e nos trabalhos por conta própria. Outro elemento anticíclico no mercado de trabalho brasileiro foi o comportamento da administração pública, que sustentou

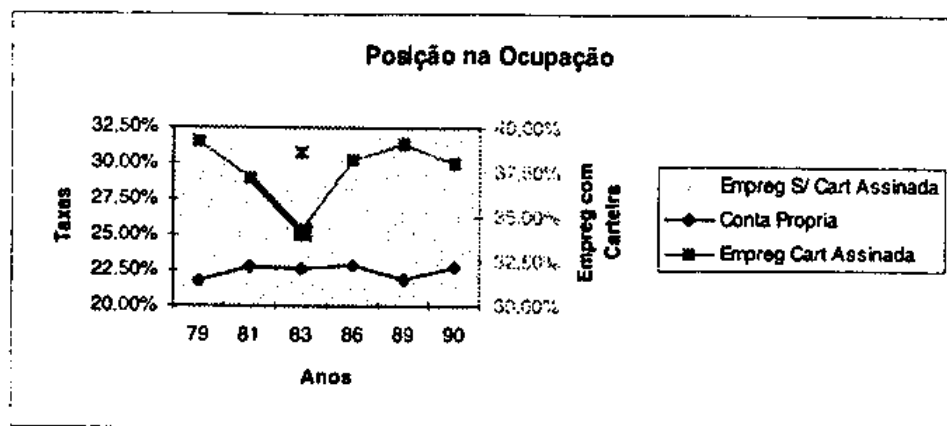
lho brasileiro foi o comportamento da administração pública, que sustentou parte da ocupação no setor de serviços, principalmente no período do final da década.

Durante a década de 80, o mercado o mercado de trabalho brasileiro precarizou as relações de trabalho, aumentando o número de empregados sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria. Comparando-se os subperíodos da Recessão (1981-83) com o da Recuperação (1984-86), verifica-se, no GRÁFICO 5, que a intensificação da precarização foi maior com a redução do crescimento econômico. Os empregados com carteira assinada aumentaram sua participação na ocupação de 34,3% para 38,2%, no período de 1983 a 1986, enquanto os empregados sem carteira assinada tiveram um comportamento exatamente inverso, aumentando sua participação no mercado durante os anos recessivos e contraindo sua participação no período de recuperação, de forma claramente anticíclica. A participação dos “conta-própria” manteve-se relativamente estável ao longo da década, tanto nos momentos de recessão, como nos de recuperação da atividade econômica.



FONTE: PNAD, *apud* SABOIA, 1995<sup>(32)</sup>.

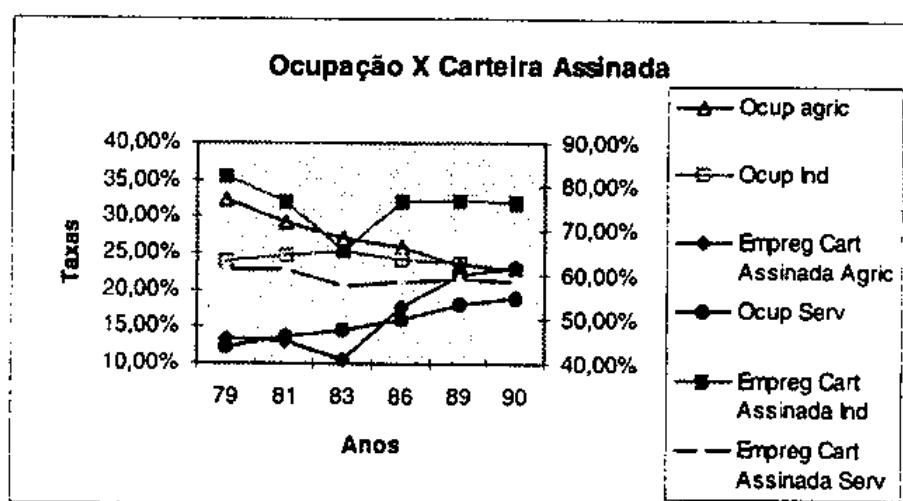
GRÁFICO 4



FONTE: PNAD, *apud* SABOIA, 1995<sup>(32)</sup>.

GRÁFICO 5

O GRÁFICO 6 mostra que, no caso da atividade industrial, o aumento da participação dos postos de trabalho no total da ocupação pode ser atribuído a uma maior precarização das suas relações de trabalho. No período de 1981 a 1983, há um aumento da ocupação industrial, associada a uma queda na proporção de empregados com carteira assinada. Essas proporções se invertem no período de Recuperação, com uma redução dos postos de trabalho na indústria, ao mesmo tempo que os empregados com carteira assinada aumentam sua participação no emprego do setor. No final da década, os dados não apresentam tendências claras. Por outro lado, pode-se explicar o comportamento do trabalho formal na indústria pela relativa estagnação do emprego com carteira assinada, sendo o crescimento da ocupação explicado principalmente pelo aumento dos sem-carteira (BALTAR, HENRIQUE, 1994, p. 609)<sup>(2)</sup>.



FONTE: PNAD, *apud* SABOIA, 1995<sup>(32)</sup>.

GRÁFICO 6



Os dados sobre os serviços indicam que não há uma relação claramente definida entre a criação mais acelerada de postos de trabalho com a precarização. Os empregos no setor de serviços crescem ao longo da década e a proporção de trabalhadores com carteira assinada permanece relativamente estável.

No que se refere à agricultura, o processo indica uma mudança mais estrutural. A queda da participação da ocupação agrícola se faz acompanhar de um aumento das relações assalariadas formalizadas nos empregos que restam na agricultura.

### 3.2 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A precarização apresenta-se de forma mais definida na análise dos rendimentos do trabalho. A razão entre os percentuais de rendimentos dos 10% de renda mais alta e os 10% de renda mais baixa, assim como a medida mais abrangente do Índice de Gini, indicam o aumento da concentração da distribuição dos ganhos do trabalho, durante a década de 80, como se apresenta na TABELA 3.

De 1981 a 1989, somente a renda média dos 20% de renda mais alta aumentou no País (BALTAR, HENRIQUE, 1994, p. 610)<sup>(2)</sup>, enquanto em todos os outros estratos a renda média caiu. Entre os de renda mais baixa, encontravam-se os ocupados mais precarizados; porém, uma parcela razoável era constituída de empregos formais, que perderam rendimento durante o período (TABELA 4 ).

TABELA 3

Anos	Índice 10% renda alta/baixa	Índice de Gini
1981	49,89	0,564
1983	46,70	0,584
1986	47,30	0,584
1989	73,57	0,63
1990	60,13	0,602

FONTE: PNAD, *apud* SABOIA, 1995<sup>(32)</sup>.

TABELA 4

Distribuição dos ocupados no estrato dos 20% de renda mais baixa

Categoria ocupacional	1981	1989
Empregados domésticos	25,7	20,4
Empreg. sem carteira	20,9	25,1
Trab. conta própria	25,7	23,7
Emp. ativ. sociais e adm. Pública	10,0	12,3
Outros empreg. Com carteira	12,1	12,1
Emp. com cart. Indústria	5,5	6,0
Empregadores	0,1	0,4

FONTE: PNAD, *apud* BALTAR, HENRIQUE, 1994<sup>(2)</sup>.

Essa tabela indica que houve um aumento dos pobres empregados em trabalhos formalizados em atividades sociais e na administração pública, que passam de 10%, no início da década, para 12,3% dos 20% de renda mais baixa, em finais da década. O percentual de empregadores quadruplica, refletindo a criação de microempresas por parte dos deslocados das relações de emprego, assim como os empregados com carteira na indústria de transformação também aumentam entre os pobres do País. Esses dados indicam que houve um crescimento importante do emprego formal de baixa remuneração (BALTAR, HENRIQUE, 1994, p. 611)<sup>(2)</sup>. A relativa redução do emprego informal, entre os pobres, decorreu de uma queda do emprego doméstico e dos "conta-própria" dentro deste estrato de renda, ao mesmo tempo que aumentava o percentual de empregados sem carteira. O fenômeno pode explicar a queda dos rendimentos dos de renda mais baixa, mais pela deterioração da qualidade do emprego assalariado, do que pela ampliação dos empregos informais mais precarizados.

Entre os 15% com rendimentos mais altos, a TABELA 5 indica que a perda de posição relativa dos empregos formais foi mais sentida neste estrato, uma vez que os empregos com carteira assinada da indústria caem de 25,7% para 21,9%, e os outros empregos com carteira assinada diminuem sua participação no total dos ocupados desse estrato de 27,9% para 26,9%. Por

outro lado, o emprego doméstico, o sem-carteira e o por conta própria aumentam sua participação relativa.

TABELA 5

Distribuição dos ocupados no estrato dos 15% com maiores rendimentos

Categoria Ocupacional	1981	1989
Empregados domésticos	0,1	0,2
Empregados sem carteira	3,5	4,7
Trab. conta própria	17,1	18,3
Emp. ativ. sociais e adm. pública	17,7	18,3
Outros empreg. Com carteira	27,9	26,9
Emp. com cart. Industria	25,7	21,9
Empregadores	8,0	9,7

FONTE: PNAD, *apud* BALTAR, HENRIQUE, 1994<sup>(2)</sup>.

Os dados parecem confirmar a hipótese de que o aumento da informalidade na década de 80, ocorreu, principalmente, pela deterioração das relações de trabalho melhor estruturadas, reduzindo os rendimentos mais altos, ao lado da piora das condições formais dos rendimentos mais baixos. A informalização dos rendimentos mais altos, no entanto, não pode necessariamente ser associada à queda das rendas médias desse estrato, que aumenta sua participação nos rendimentos do trabalho durante a década.

Existem algumas evidências (BALTAR, HENRIQUE, 1994, p. 615)<sup>(2)</sup> do aumento dos rendimentos médios dos empregados domésticos devido a mudanças estruturais desse mercado, que se torna mais formalizado, com mais explícita definição de tarefas e uma maior monetização das remunerações. Por outro lado, a enorme heterogeneidade dos trabalhos por conta própria mantém relativamente constante a estrutura de ganhos nesse tipo de ocupação, quando comparados os estratos de rendimento de 1981 e 1989, ao passo que os assalariados da indústria com carteira assinada, pioram sua distribuição de rendimentos aumentando os estratos inferiores da distribuição e diminuindo os rendimentos dos estratos superiores.

### 3.3 SINDICALISMO SE FORTALECE

Os investimentos de ajuste estrutural na década de 80, especialmente no seu início, ocorrem principalmente nos setores onde os trabalhadores também estão mais organizados. Esses investimentos de inovação tecnológica são fundamentalmente de ordem física, buscando a adoção de máquinas modernas e processos produtivos intensivos em capital.

No entanto, a crise econômica limita as mudanças. Por outro lado, a organização sindical exige uma outra postura de negociações. Mudam os departamentos de relações industriais, abrindo-se alguns canais de negociação (NEDER, 1988, p. 225)<sup>(23)</sup>, ao mesmo tempo que se acelera a entrada da microeletrônica (DIAZ (1988), p. 28)<sup>(9)</sup>. LEITE (1994)<sup>(7)</sup> caracteriza essa fase como do "início da reestruturação produtiva", após a intensa mobilização dos trabalhadores, que encontra como uma das respostas a generalização dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) nas grandes empresas, ainda que sem poder efetivo, predominando as preocupações com a redução de custos e com enormes resistências ao seu efetivo funcionamento. Também, os sindicatos impuseram forte oposição ao seu dinamismo, abortando muitas dessas iniciativas. Ela também menciona trabalho inglês (LEITE, *op. cit.* p. 566)<sup>(17)</sup> que avalia o mesmo processo na Inglaterra, de redução dos CCQ e sua substituição por estratégias mais integradas, como as adotados na década de 90 no Brasil.

Vários autores\* vêm demonstrando a "brasilianização" dessas técnicas que refletem o caráter autoritário das relações de trabalho no País, com a pequena disseminação dos trabalhos em grupo, ausência de atribuição de responsabilidades de programação aos operadores, falta de garantias de emprego - no que foi chamado por alguns de um sistema em que a gerência tenderia a dirigir a fábrica como uma máquina - dispensando a necessidade de envolvimento e cooperação dos trabalhadores, de forma que se pode afirmar que "a resistência do patronato em abandonar as técnicas de controle de mão-de-obra mostrou-se extremamente forte" (LEITE, *op. cit.* p. 571)<sup>(17)</sup>. Outro elemento "brasileiro" dessas tecnologias foi o baixo investimento em treinamento, uma vez que a rotatividade da mão-de-obra era muito alta e o enxugamento do corpo funcional das empresas era visto como principal forma de contenção de despesas pelos empresários. Resistências à simplificação de planos de cargos

---

\* Ver resenha em LEITE *op. cit.*<sup>(17)</sup>.

e salários, diminuição de diferenças salariais e flexibilização de funções foram também dominantes no comportamento empresarial.

O processo de reestruturação do setor privado brasileiro é predominante nas grandes empresas; depende muito fortemente de estímulos do setor público (PBQP, FINEP, etc.) e difere de estratégias fundamentalmente em relação ao grau de exposição à concorrência internacional. Muitas grandes empresas adotaram algum procedimento de reestruturação (LEITE, 1993)<sup>(16)</sup>, com inovação seletiva de caráter localizado na firma, sendo introduzida gradualmente e concentrando a informatização, principalmente na administração, seguida da assistência técnica e controle de qualidade, com pouca mudança na produção, ferramentaria e manutenção. Outros estudos (MILES, RUSH, FERRAZ, 1991)<sup>(21)</sup> enfatizam a combinação de inovações de *hardware* com mudanças organizacionais, ainda que reconheçam o pequeno grau de difusão dessas novas tecnologias no Brasil.

As mudanças organizacionais não afetaram, ainda, os procedimentos de decisão estratégica, nem alteraram as relações de poder internas aos estabelecimentos\*, restringindo-se fundamentalmente a mudanças no ambiente de trabalho "5S". Há, no entanto, uma tendência à diminuição do poder das gerências médias (SILVA, 1994, p. 111)<sup>(34)</sup>, resultante ora de pressões dos trabalhadores, ora de decisão da alta administração. Os programas de treinamento e os novos requisitos de desempenho e qualificação exigidos referem-se, sobretudo, a cursos e treinamento formal seguidos de habilidades específicas, além de uma elevação da escolaridade formal para ingresso, ampliando a polivalência dos novos empregados e exigindo dedicação ampliada. A constituição de redes de subcontratados (terceirização) tem-se constituído em processo de precarização das relações de trabalho, ainda que isto signifique o comprometimento da qualidade do serviço prestado.

Pesquisa recente (PRICE WATERHOUSE, 1994, 1995)<sup>(30 e 31)</sup> com as 1.000 maiores empresas do País mostrou que 71% das empresas respondentes têm algum programa de qualidade em andamento em 1994, enquanto apenas 5% não têm ou não estão preparando algum tipo de programa de qualidade e produtividade (8,5%, em 1993, e 18%, em 1992). A principal dificuldade para a implantação dos programas de qualidade foi a resistência da média gerência, em 1994, ainda que se tenham reduzido de 55% dos casos, em 1993, para apenas 38%, em 1994.

---

\* Como já havia sido destacado por FLEURY, A. 1985.

A mesma pesquisa revela que o "clima motivacional desfavorável no ambiente de trabalho" continua sendo elemento importante na resistência aos programas de TQC. Por isso, grande parte dos programas de treinamento das empresas, longe de voltarem-se para a qualificação da mão-de-obra no seu sentido restrito, representam tentativas gerenciais de programas comportamentais e motivacionais (LEITE, 1994)<sup>(17)</sup>. Por outro lado, o processo de envolvimento dos trabalhadores tem-se caracterizado, no Brasil, como uma tentativa de alijamento das representações sindicais e a tentativa de envolvimento individual, eliminando-se qualquer tipo de representação política e social, mesmo que seja por local de trabalho, transformando o cidadão trabalhador em um simples agente produtivo, sem direitos sociais de representação coletiva.

Os sindicatos, no entanto, prendem-se fundamentalmente a uma agenda de lutas reivindicatórias, particularmente buscando defender os salários reais contra as perdas inflacionárias. As grandes campanhas são mais em busca de taxas de correção de salários para recuperar as perdas passadas. Poucas foram as batalhas para aumentar o salário real e/ou para colocar em questão o controle do processo de trabalho e inovações tecnológicas. A ação sindical era basicamente defensiva contra as perdas salariais decorrentes da inflação, colocando, portanto, uma temática macroeconômica (aumento geral de preços) numa negociação microeconômica (capacidade de ajuste do salário real de uma categoria).

OLIVEIRA (1994)<sup>(26)</sup> e NORONHA (1994)<sup>(24)</sup> apresentam avaliação da intensa mobilização sindical na década de 80, quando o Brasil foi um recordista mundial de greves, ao mesmo tempo que o número de sindicatos aumentava muito, apesar da pequena taxa de sindicalização por categoria e de muitos sindicatos de porta de fábrica, sem vínculos profundos com os locais de trabalho. Outra característica importante do ciclo de expansão sindical foi o crescimento do sindicalismo do setor público e dos segmentos médios que passaram a predominar nos movimentos grevistas.

#### **4 NOS ANOS 90 AS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS VÊM-SE AMPLIANDO, COM INTENSIFICAÇÃO DA PRECARIZAÇÃO**

Os anos 90 vivem um aprofundamento do processo de abertura comercial e financeira da economia, um desmantelamento do Estado e a prioridade absoluta no combate à inflação. A década começa com um processo recessivo, que faz o PIB recuar em 1,4% ao ano, no triênio 1990-1992, seguido por dois anos de recuperação, de 1993-1994, e de estabilização inflacio-

nária de 1994-1995. A recessão do início da década de 90 teve a mesma intensidade do período 1981-1983, particularmente no que se refere aos seus impactos sobre o mercado de trabalho, como se pode ver na TABELA 6.

TABELA 6

Comparação de duas Recessões -1980-1982 e 1989-1992

Descrição	1980-1983	1989-1992
Queda na Produção Industrial	-14%	-13%
Queda no PIB	-6%	-5%
Queda no Emprego Industrial	-21%	-23%
Queda no Emprego Formal	-5%	-6,7%

FONTE: SALM, 1995, p.18<sup>(33)</sup>.

No que se refere à Recuperação, no entanto, a década de 90 é muito mais perversa, com a mesma intensidade de recuperação do produto, mas resultados muito inferiores na geração de postos de trabalho. Isso se traduz em um enorme aumento da produtividade do trabalho, que se eleva de um índice de 100, em 1992, para 120,6 no primeiro trimestre de 1995 (SALM, 1995, p. 19)<sup>(33)</sup>.

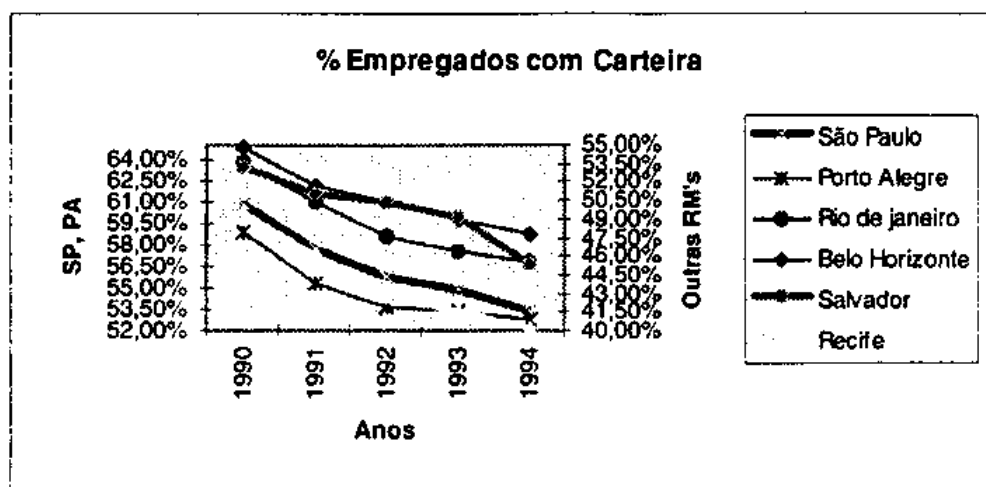
Em finais da década de 80 e especialmente na de 90, ocorre uma mudança importante nos processos de inovação tecnológica no Brasil. Os elementos de competitividade internacional se ampliam e a crise fiscal do Estado obriga a redefinições estruturais das relações entre o capital privado e o Estado em alguns setores, especialmente aqueles mais sujeitos às pressões internacionais. Incapazes de continuar esperando modernização com base nas mudanças de equipamentos (Tecnologia Física), a tendência dos anos 90 foi a Tecnologia Organizacional (TQC, *just-in-time*, reengenharia, etc). Estes programas mais integrados apresentam uma feição mais sistêmica, exigindo um maior envolvimento da alta administração das empresas e pressupondo um maior envolvimento dos empregados.

O grau de profundidade e difusão desse processo está condicionado por variáveis macroeconômicas e sociais que limitam a possibilidade de criar as precondições necessárias para a viabilização dessas novas tecnologias organizacionais, com envolvimento dos trabalhadores, após a satisfação de suas necessidades básicas, obtenção de garantias de emprego e treinamento neces-

necessidades básicas, obtenção de garantias de emprego e treinamento necessário para o desempenho das novas funções requeridas. A possibilidade de ampliação do novo paradigma está condicionada à expansão de um mercado de massas e a uma ampliação da cidadania, no seu sentido amplo de direitos dos indivíduos, da ação coletiva, do produtor e do consumidor. Os sindicatos (principalmente os maiores e as centrais sindicais) vêm tentando atualizar sua pauta de reivindicações e suas formas de luta para adaptarem-se à nova realidade das mudanças tecnológicas, ao mesmo tempo que as mudanças institucionais sobre as relações de trabalho começam a se impor. Câmaras setoriais e contrato coletivo de trabalho passam a fazer parte da agenda de discussões dos sindicalistas.

Esse processo de reestruturação, combinado com a situação macroeconômica, trouxe um grande custo para os trabalhadores. Os níveis de desemprego aumentaram, agora combinando redução de postos de trabalho de maior qualidade, diminuição do dinamismo do setor informal e drástica redução de níveis salariais do setor formal, com ligeira recuperação de ganhos do setor informal.

O processo de precarização das relações de trabalho, com a piora de qualidade dos bons postos de trabalho e a baixa rentabilidade dos empregos, nas faixas inferiores de renda, parecem se acentuar na década de 90. Os trabalhadores com carteira assinada diminuem em todas as regiões metropolitanas, com dados disponíveis mostrados no GRÁFICO 7.



FONTE: PME

GRÁFICO 7



A percentagem dos trabalhadores por conta própria cresce em todas as regiões pesquisadas pela PME, de 1990 a 1994, como se vê na TABELA 7.

TABELA 7  
Percentual de Ocupados por Conta Própria

Empregados Conta Própria	1990	1991	1992	1993	1994
São Paulo	15,6%	17,3%	18,1%	17,8%	18,8%
Porto Alegre	18,4%	20,7%	22,3%	22,1%	22,2%
Rio de Janeiro	20,6%	21,9%	22,7%	22,8%	23,3%
Belo Horizonte	19,8%	21,4%	21,7%	21,7%	22,3%
Salvador	22,6%	24,0%	24,0%	25,3%	27,6%
Recife	23,4%	24,1%	26,0%	27,2%	27,1%

FONTE: PME

Esse processo acelerado do aumento dos empregados sem carteira, dos trabalhadores por conta própria, ao mesmo tempo que intensifica o processo de terceirização/terciarização da economia industrial, implica uma enorme flexibilidade das relações de trabalho, reduzindo as proteções institucionais dos vínculos empregatícios.

Além da precarização dos empregos existentes, a década de 90 assistiu também a uma elevação do desemprego. As taxas de desemprego, sejam as medidas pela PME, sejam as taxas da PED, indicam a mesma tendência de elevação de seus patamares.

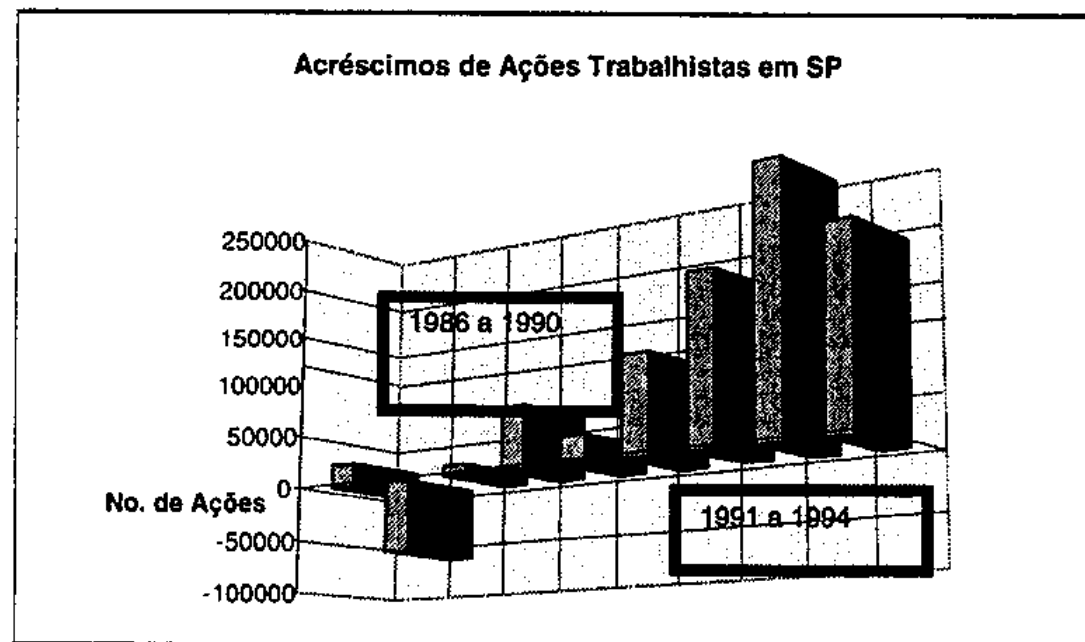
## 5 CONCLUSÕES

A chamada otimização da capacidade instalada tem ocorrido com (CANO, 1993)<sup>(7)</sup>:

1. desemprego aberto crescente, com o dobro do número de desempregados que havia em 1980;

2. aumento da informalidade;
3. alta taxa de rotatividade e baixo envolvimento dos trabalhadores com as empresas;
4. relações industriais conflitivas, autoritarismo das gerências intermediárias;
5. baixo envolvimento empresarial e dos trabalhadores com a qualificação;
6. predomínio claro do objetivo de obtenção de certificações da série ISO;
7. apelo à justiça, ao invés da negociação na solução de conflitos.

O GRÁFICO 8 representa o acréscimo dos conflitos trabalhistas no plano jurídico institucional, nos quatros primeiros anos da década de 90, como resultado da intensificação dos processos de reestruturação produtiva, particularmente em sua dimensão organizacional. O custo social desse recrudescimento do conflito trabalhista é extremamente elevado. A Justiça do Trabalho brasileira, movimentando cerca de dois milhões de processos, teve, em 1995, dotação orçamentária maior do que a destinada à assistência social e à manutenção de rodovias, estimando-se um custo unitário de processos na faixa de R\$ 750,00 (FENDT, 1966)<sup>(10)</sup>.



FONTE: GAZETA MERCANTIL, 29/11/94.

GRÁFICO 8

Como já dissemos em outro trabalho (AZEVEDO, 1995)<sup>(11)</sup>, era de se esperar que a acentuada flexibilização das relações de trabalho, permitindo flexibilidade à baixa dos salários, poderia expressar um aumento significativo dos postos de trabalho que absorvessem os menos qualificados. Os dados americanos, onde esse processo de flexibilização encontra-se bastante adiantado, no entanto, mostram que os efeitos positivos da flexibilização sobre a criação de postos de trabalhos são muito controversos. Do ponto de vista educacional, por exemplo, a proporção de trabalhadores com menor nível de escolaridade diminuiu relativamente aos educados, na década de 80\*, assim como existem estudos que mostram que a falta de emprego, ao longo do tempo, é mais concentrada entre os postos de menor rendimento, apesar de seus salários declinantes (TOPEL, *apud* FREEMAN, 1985)<sup>(12)</sup>. Dados, compilados a partir do censo nos EUA, mostram que, de 1970 a 1990, o número médio de horas trabalhadas caiu de 21% para os que se encontravam no primeiro decil da distribuição de salários, crescendo apenas para os que se encontravam nos últimos dois decis dessa distribuição (FREEMAN, 1995, p. 69)<sup>(12)</sup>.

Os dados sobre a segmentação do mercado, em termos de nível de escolaridade, podem ser interpretados como contrários à idéia de que redução de salários aumenta o nível de emprego. O aumento dos postos de trabalho dos mais educados foi também acompanhado de uma ampliação da diferença de seus salários\*\*, em relação aos menos qualificados, e não ao inverso, como seria esperado pela idéia de que a flexibilização reduziria o custo da mão-de-obra incrementando o emprego. Entre os homens ocupados, os com curso superior completo ganharam 104% a mais do que os com curso secundário incompleto, em 1993, quando a diferença era de 56%, em 1979 (MISHEL, BERNSTEIN *apud* FREEMAN, 1995)<sup>(13)</sup>. A mesma tendência se observa quando comparados os rendimentos do trabalho, em termos das ocupações de supervisão e gerência (*white collars*) com as ocupações de produção (*blue collars*). Os primeiros ganhavam 30% a mais que os segundos, em 1979, e a diferença cresceu para 47%, em 1993. Além da ampliação das desigualdades nos rendimentos do trabalho, entre tipos diferentes de trabalhadores, a mesma tendência se observa quando comparados os trabalhadores como

---

\* Em 1980, 72% dos homens de 25-64 anos, com secundário incompleto estavam empregados, enquanto 92% dos com cursos superior completo tinham emprego. Em 1993, essas proporções

mudam para 66% e 88%, respectivamente (FREEMAN, 1995, p. 67)<sup>(12)</sup>.

\*\* Em 1973, um americano médio, com 30 anos e educação universitária, tinha um rendimento 15% superior ao mesmo tipo de homem com educação de segundo grau. Em 1989, a diferença subiu para 50%, sendo que a mudança ocorre não devido ao aumento dos salários universitários, mas por queda dos salários do segundo grau, segundo REICH (1992).

um todo. Aqueles que estavam entre os 10% com salários mais altos nos EUA, ganhavam 3,2 vezes mais do que os que estavam nos 10% iniciais da distribuição de salários, em 1979. Essa diferença subiu para 4,1 vezes em, 1993 (FREEMAN, 1995)<sup>(12)</sup>.

O aumento da desigualdade, no entanto, não ocorreu devido a um aumento mais do que proporcional dos que mais ganhavam. A desigualdade aumentou porque os que ganhavam pouco passaram a ganhar ainda menos. Não somente os salários menores caíram, em termos reais\*, como as possibilidades de melhora ao longo do ciclo de vida se estreitaram\*\*, afetando a formação de expectativas, a criação de sonhos e a estabilidade social vendida pela ilusão da *american middle class*.

A miséria cresceu de forma que, em 1991, mais de 20% das crianças americanas encontravam-se em famílias com rendimento inferior à linha de pobreza, quando em 1973 a proporção era de apenas 14,2% (FREEMAN, 1995)<sup>(12)</sup>. Como o mercado de trabalho é particularmente difícil para os mais jovens, tanto em termos de novos empregos como nos níveis salariais, é plausível admitir que esse custo é desproporcionalmente mais pesado para as famílias mais jovens, criando novos problemas para a formação da estabilidade social dos americanos.

Na Europa, o problema do desemprego é visto, crescentemente, como um problema crônico e quase metade dos desempregados estão na situação a mais de um ano, enquanto que, nos EUA, o desemprego de longo prazo é relativamente pequeno. No entanto, a população encarcerada aumentou, nos anos 80, a uma taxa de 9% ao ano, atingindo em 1993, 1,9% da força de trabalho americana. Somados aos 4,7% da força em liberdade condicional, atinge-se a enorme proporção de 6,6% da força de trabalho sob algum tipo de supervisão do sistema judicial (FREEMAN, 1995)<sup>(12)</sup>. Esse é o preço da flexibilização. Pode-se generalizar esse tipo de solução para o problema do desemprego?

---

\* MISHEL, BERNSTEIN, *op. cit.*<sup>(12)</sup> dizem que os salários reais daqueles com secundário incompleto caíram 27% de 1979 para 1993, ao mesmo tempo em que os salários dos de curso secundário completo também caíram (20%) no mesmo período.

\*\* De 1970 a 1980, para cada quatro americanos que melhoraram na distribuição de rendimentos um caiu na distribuição. Na década de 80, dois pioraram para cada quatro que melhoraram, de acordo com MISHEL, BERNSTEIN, *op. cit.*<sup>(12)</sup>.

**Abstract:** This paper shows the effects of flexibility in labor relations on employment generation, income distribution and capital-labor negotiation. It foccuses on the brazilian scene. Brazilian labor market has changed a lot during the last three decades. During sixties and seventies, employment creation was associated with income growth, and the gap between low and high wages widened. The eighties were recession years, with low job creation rate, worsening of job quality and increased difference between low and highly paid workers. At that time, the new labor union movement was born and got a strong organizational structure. During the nineties, technological and organizational change took place within the majority of large companies, shifting the negotiation process to the shop floor level requiring new types of managerial and labor union expertise. The paper concludes shedding doubts on the cost-benefit result of creation of poor quality jobs versus worsening of income distribution.

**Key Words:** Job Market Flexibility; Employment Generation; Income Distribution; Brazil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AZEVEDO, J. S. Gabrielli de. Flexibilidade no mercado de trabalho e desemprego: a experiência americana e européia. *Bahia análise e dados*, v. 5, n. 3, p. 9-21, dez. 1995.
2. BALTAR, Paulo Eduardo de A., HENRIQUE, Wilnês. *Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil*. In: OLIVEIRA, C. A. Mattoso, J. Pochman, M.
3. BLUESTONE, B., HARRISON, B. *The de-industrialization of America*. New York: Basic Books, 1982.

4. BRODSKY, Melvin. *Labor market flexibility: a changing international perspective. Monthly labor review*, p. 53-60, nov. 1994.
5. BRUNDTLAND COMMISSION. *World Commission on environment and development. Our common future. apud LERNER, S. The future of work in North America: good jobs, bad jobs, beyond jobs. Futures*, Canada, mar. 1994.
6. BUSINESS week. *Gazeta mercantil*, 8 abr. 1996.
7. CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des) ordem internacional*. Campinas, SP: UNICAMP, 1993.
8. CASTELS, M., AYOAMA, Y. Estrutura del empleo en los países del G7 de 1920 a 1990. *Revista internacional del trabajo*, vol. 113, n. 1, 1994.
9. DIAZ, Álvaro. Crise e modernização tecnológica na indústria metalmeccânica brasileira. In: NEDER, Ricardo Toledo *et al. Automação e movimento sindical no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988.
10. FENDT JÚNIOR, Roberto. Custos de transação no mercado de trabalho. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 1 abr. 1996. p. 10.
11. FISHER, R., FLEURY, M. *Processo e relações de trabalho no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1985.
12. FREEMAN, R. The limits of wage flexibility to curing unemployment. *Oxford review of economic policy*, v. 11, n. 1, p. 63-72, 1995.
13. GILL, Colin Work. *Unemployment and the new technology*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.
14. HARMAN, W. Chronic unemployment: an emerging problem of post-industrial society. *Futurist*, v. 12, n. 4, p. 209-214, 1975.
15. KREISKY COMMISSION. A programme for full employment in the 1990s: report of the commission on employment issues in Europe. *apud BRODSKY, Melvin. Labor market flexibility: a changing international perspective. Monthly labor review*, p. 53-60, nov. 1994.
16. LEITE, Elenice M. Do operário padrão ao "polivalente": novas fronteiras da qualificação do trabalhador Industrial? *Estudos econômicos*, v. 22, 1992. Edição especial.
17. LEITE, M. de P. Restruturação produtiva: novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In: OLIVEIRA, A. *et al.* p. 563-587.
18. LERNER, Sally. *The future of work in North America: good jobs, bad jobs, beyond jobs Futures*, Canada, mar. 1994.

19. McCracken, P. *et al.* Towards full employment and price stability. *apud* BRODSKY, Melvin. Labor market flexibility: changing international perspective. *Monthly labor review*, p. 53-60, nov. 1994.
20. MEDEIROS, C. A., Cláudio. O Mercado de trabalho em debate. *Novos estudos CEBRAP*, n. 39, p. 49-65, 1994.
21. MILES, Ian, RUSH, H., FERRAZ, J. C. Tendências e implicações do uso de inovações modernizantes no Brasil. *Nova economia*, v. 2, n. 2, p. 77-90, nov. 1991.
22. MISHEL, L., BERNSTEIN, J. *The state of working America: 1994-1995*, Armonk: M. E. Sharpe, 1994.
23. NEDER, Ricardo Toledo *et al.* *Automação e movimento sindical no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988.
24. NORONHA, E. G. Greves e estratégias sindicais no Brasil. In: OLIVEIRA, A. *et al.* 1994, p. 323-357.
25. OLIVEIRA, C. A. Mattoso, POCHMAN, M. J. *et al.* *O mundo do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1994.
26. OLIVEIRA, M. A. *Avanços e limites do sindicalismo brasileiro*. In: OLIVEIRA, A. *et al.* 1994, p. 497-518.
27. ORMEROD, Paul *The death of economics*, London: Faber and Faber, 1995.
28. PIRES, Elson Luciano. *Metamorfoses e regulação: o mercado de trabalho no Brasil dos anos 80*. Tese (Doutorado) Departamento de Filosofia, FFLCH, USP, 1995.
29. PNAD *apud* SABOIA, João. *Mercado de trabalho no Brasil: evolução e tendências recentes*.
30. PRICE WATERHOUSE. Indicadores de qualidade e produtividade, IV Sondagem, 1994.
31. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. V Sondagem, 1995.
32. SABOIA, João. *Mercado de trabalho no Brasil: evolução e tendências recentes*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 4, São Paulo, 1995. mimeo.
33. SALM, Cláudio. Tendências do mercado de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 4, São Paulo, 1995.
34. SILVA, Elizabeth B. Pós-fordismo no Brasil. *Revista de economia política*, v. 14, n. 53, jul./set. 1994.

35. TOPEL, R. What have we learned from empirical studies of unemployment and turnover? *American Economic Association papers and proceedings*, p. 110-115, may, 1993.
36. URANI, André. Crescimento e geração de emprego e renda no Brasil. *Lua nova*, n. 35, 1995.

---

Recebido para publicação em 06.08.96